

**CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E
GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2019.

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
CNPJ	10.921.252/0001-07
Inscrição Estadual	0022408-15
Sede	Recife/Pernambuco
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador	Governo do Estado de Pernambuco
Tipo Societário	Sociedade anônima
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de atuação	Estadual
Sector de atuação	Editorial, gráfico, digitalização e gestão e guarda de documentos
Diretor Administrativo e Financeiro	Bráulio Mendonça Meneses
Auditores Independentes atuais da empresa	Baker Tilly Brasil Recife Responsável Técnico: Marcelo Sávio da Silveira Alves (81) 99186-2043 marcelosavio@btpe.com.br
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	José Francisco Cavalcanti Neto - CPF: 669.878.904-64 Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão – CPF: 046.829.124-53 Silvia Maria Cordeiro - CPF: 114.416.234-34 Sileno Souza Guedes – CPF: 519.713.564-68 João Urbano Bezerra Suassuna – CPF: 061.708.834-99
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão CPF: 046.829.124-53 Diretor-Presidente Bráulio Mendonça Meneses

CPF: 055.312.684-91
Diretor Administrativo e Financeiro
Edson Ricardo Teixeira de Melo
CPF: 229.941.306-53
Diretor de Edição e Produção

Data de divulgação: 20/03/2020

SUMÁRIO

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	4
1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	4
2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	6
3. POLÍTICAS PÚBLICAS	9
4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	12
5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIROS DECORRENTES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	14
6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	15
7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE CONTROLES INTERNOS	16
8. FATORES DE RISCO	18
9. REMUNERAÇÃO.....	19
10. CONCLUSÃO.....	20

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Companhia Editora de Pernambuco - Cepe, subscrita pelo Conselho de Administração, destina-se à sociedade e reúne as principais informações relativas às práticas de políticas públicas e de governança corporativa adotada pela empresa, conforme detalhamento nos tópicos seguintes.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Companhia Editora de Pernambuco é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Governo do Estado por meio da Secretaria da Casa Civil. A Cepe presta serviços de edição e publicação do Diário Oficial do Estado, edita livro, edita publicações periódicas, faz a gestão e guarda documental e de digitalização de documentos do mercado público e privado. Além disso, ainda presta serviços gráficos no geral e realiza certificação digital, voltada para a comprovação da autenticidade de dados.

Sua atuação abrange o Estado de Pernambuco, por meio da sua sede situada na capital.



No exercício de 2019, a Companhia desenvolveu diversas iniciativas em prol de melhorar seu desempenho em um ano com cenário adverso sob a perspectiva econômica e financeira.

No aspecto societário, a composição acionária da Cepe permaneceu inalterada neste ano, conforme detalhamento abaixo:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	PARTICIPAÇÃO TOTAL
Governo do Estado de Pernambuco	100%	99,994%	99,994%
Pessoas Jurídicas	0%	0%	0%
Pessoas Físicas	0%	0,006%	0,006%

Dentro do contexto financeiro, foi apurado um prejuízo líquido de R\$ 7.604.393 (sete milhões, seiscentos e quatro mil e trezentos e noventa e três reais), reflexo principalmente do não crescimento necessário do faturamento, devido ao momento adverso. Em análise das receitas, provenientes de todos os segmentos de atuação da Companhia, apurou-se um total de R\$ 45.620.157 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil e cento e cinquenta e sete reais), distribuídos da seguinte forma:

SEGMENTO	31/12/2019	PARTICIPAÇÃO
Diário Oficial	R\$ 29.690.684	65,08%
Digitalização	R\$ 13.591.318	29,79%
Serviços Gráficos	R\$ 1.414.556	3,10%
Livros	R\$ 694.954	1,52%
Revistas	R\$ 142.346	0,31%
Suplemento PE	R\$ 77.156	0,17%
Certificação Digital	R\$ 9.144	0,02%
TOTAL	R\$ 45.620.158	100%

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Conforme especificado no § 1º do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/2016, é explicitado no presente documento, devidamente subscrito pelo Conselho de Administração da Companhia, o interesse público da Companhia Editora de Pernambuco - Cepe, respeitadas as razões que motivam a autorização legislativa da sua criação. Ressalta-se ainda que o interesse público mencionado se manifesta por meio do alinhamento entre seus objetivos e aqueles de políticas públicas.

A Cepe na sua constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 6.065 de 1967, com o principal objetivo de publicar e divulgar atos oficiais de interesse público. Serviços nesse sentido já eram realizados desde 1924, por meio do Diário do Estado e da Repartição de Publicações Oficiais.

Missão

Publicar os atos oficiais e matérias legais, fazer gestão documental, serviços gráficos e editoriais com excelência e segurança, fomentando a cultura e a comunicação como contribuição à cidadania.

Visão

Ser referência regional no mercado editorial, gráfico, de gestão documental e digital até 2024.

Valores:

- Qualidade;
- Agilidade;
- Transparência;
- Memória;
- Valorização das pessoas;
- Comprometimento;
- Ética;
- Segurança da informação.



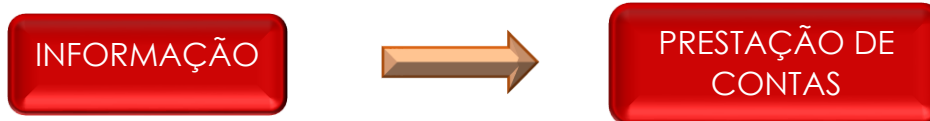
A publicação do Diário Oficial do Estado ainda segue como a principal atividade realizada, tanto em termos de demanda quanto de faturamento. No entanto, a cada ano, a Cepe incrementa a prestação de serviços nos outros segmentos de atuação, como: digitalização e guarda de documentos, certificação digital, serviços gráficos, edição e publicação de livros, da Revista Continente e do Suplemento Pernambuco. Esses outros serviços, até pela mudança cultural e tecnológica vivenciada pela sociedade, têm aumentado gradativamente a sua participação no rol de serviços prestados pela Companhia.

A preservação da memória e dos valores pernambucanos é imprescindível para a construção da história do Estado. A sociedade necessita ter acesso a documentos relevantes, principalmente no que se refere ao Poder Público; isso contribui para o fortalecimento do controle social. Além disso, o fortalecimento deste controle proporciona o *accountability*, já que o mesmo é composto de três dimensões - informação, justificção e punição. A primeira, proporcionada também pelos serviços prestados pela Cepe, viabiliza a prestação de contas pelos Poderes, demonstrando consciência da correta utilização dos recursos públicos.



Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Outro aspecto social identificado dos benefícios gerados pelas atividades prestadas pela Companhia é a modernização do setor público, no que se refere à gestão documental. Ter documentos estratégicos arquivados de modo sistêmico em meio digital é mais seguro e otimiza a consulta aos mesmos; é uma tendência percebida no cenário nacional que, nos últimos anos, deixou de ser uma opção e passou a ser uma necessidade. Outro benefício percebido pela digitalização é a possibilidade de realizar análises mais assertivas e gerenciamento mais eficiente dos dados e informações.

Em suma, percebe-se que dar publicidade e preservar as informações oficiais do poder público contribui para o fomento da cidadania e manutenção da memória da imprensa pernambucana. Desse modo, é possível afirmar que a Cepe figura como um elo entre o Governo e a população do Estado de Pernambuco.

Demais informações sobre o histórico da Companhia, principais produtos e serviços prestados, bem como ações realizadas, podem ser encontradas no site da Cepe: www.cepe.com.br.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia Editora de Pernambuco - Cepe possui papel de extrema importância no incentivo e na promoção da transparência e do acesso à informação pela sociedade. O seu objetivo social é representado por meio de missão institucional definida que é a de “publicar os atos oficiais e matérias legais, fazer a gestão documental, serviços gráficos e editoriais com excelência e segurança, fomentando a cultura e a comunicação como contribuição à cidadania”.

Essa missão é diretamente relacionada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Pernambuco 2035, elaborado pelo Governo do Estado, que traz Pernambuco como o terceiro estado com maior transparência do Brasil. Ainda, definiu-se como meta para o ano de 2035, posicionar o estado como líder nacional em governos abertos, ampliando e promovendo cada vez mais a transparências nas instituições do setor público.

No Estatuto Social da Companhia Editora de Pernambuco, no **art. 3º**, constam as finalidades específicas da Companhia Editora de Pernambuco, que são:

- I. Impressão, distribuição e comercialização dos jornais oficiais deste Estado, de artigos escolares e de escritório, de livros, inclusive didáticos, revistas, especialmente culturais, e demais publicações oficiais e particulares
- II. Industrialização e comércio de artefatos de papel;
- III. Serviços de clipagem;
- IV. Processamento e digitalização de imagens;
- V. Gestão documental e guarda de documentos;
- VI. Atuar como concessionária de serviços de telecomunicação e de mídia, através de todos os meios de veiculação existentes ou que venham a ser criados;
- VII. Armazenamento, controle, distribuição e comunicação pela rede de informações internet ou através de outras tecnologias futuras, sempre com vistas a promover, incentivar e divulgar a educação, esportes, cultura e a arte, notadamente quando vinculadas ou oriundas do Estado de Pernambuco
- VIII. Por delegação, recolher e preservar documentação permanente referente às informações de ações governamentais e de suas interações com a Sociedade.

A fim de continuar alinhada ao interesse público e manter o comprometimento com a segurança e qualidade na prestação dos serviços, bem como para consecução do objeto social e de suas finalidades acima listadas, poderá a Cepe utilizar seus recursos próprios ou habilitar-se perante os órgãos competentes. Isso deverá ser realizado por meio das Leis de Incentivo à Cultura nos âmbitos federal, estadual e municipal ou por meio do aporte de recursos oriundos do tesouro estadual, mediante o aumento do Capital Social. Assim, por meio de investimentos com recursos próprios, a Companhia apoia diversos eventos e concursos voltados para o âmbito literário.

Durante o exercício de 2019, foram realizadas diversas ações nesse sentido, como:

- Circuito Cultural de Pernambuco- No âmbito de evento, como forma de amplificar ações, aproximando mais a população da cultura, a empresa lançou um projeto inédito chamado Circuito Cultural de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE) e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). O objetivo do projeto é valorizar cultura do Estado, integrando as artes (como literatura, música e dança), com foco nas pessoas que fazem movimentos culturais nas cidades e regiões onde aconteceram o Circuito. Em todos os 14 eventos que foram realizados o público se rendeu a ao projeto, lotando os espaços. Já se tornou um marco no calendário de atividades da Companhia.
- A Editoria lançou a coleção PERFIS, que tem como proposta retratar a vida e o legado de personagens pernambucanos ilustres. A coleção teve os primeiros três livros lançados 5ª FEIRA NORDESTINA DO LIVRO – FENELIVRO, contando as vidas do artista plástico José Cláudio, do poeta, cordelista e xilogravurista J.Borges e do advogado e ex-prefeito de Olinda, Germano Coelho.

Na Lei Orçamentária Anual – LOA 2018, a Cepe aparece vinculada ao Programa abaixo demonstrado, com as três atividades explicitadas e com o objetivo de divulgar os atos oficiais dos poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais, bem como publicações particulares de natureza legal e fornecer serviços gráficos em geral, aos setores público e privado:

1. Programa 0026 – Serviços editoriais e gráficos para o Estado:

a) Atividade 2074 – Digitalização, gestão e guarda de documentos;

- Finalidade: digitalizar, gerir e guardar documentos intermediários do poder público estadual, em virtude da Lei Estadual nº 15.529/15;

b) Atividade 3397 – Produção de serviço gráfico:

- Finalidade: suprir o Estado de serviços gráficos;

c) Atividade 3399 – Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet:

- Finalidade: divulgar as leis e demais atos resultantes do processo legislativo previsto na Constituição do Estado; dos atos oficiais dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e as publicações particulares decorrentes de disposições legais via mídia eletrônica.

Em tópicos a seguir, serão demonstrados os valores previstos e realizados para as atividades acima discriminadas.

4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei Orçamentária Anual – LOA, prevista no art. 165 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento que estabelece os orçamentos fiscal, de investimento das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante, e o orçamento da seguridade social.

Na LOA 2019 do governo do Estado de Pernambuco, constam dotações orçamentárias previstas para cada uma das atividades que a Cepe é responsável, conforme detalhamento:

ATIVIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	R\$ 1.000.000,00
3397 - Produção de serviço gráfico	R\$ 500.000,00
3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	R\$ 500.000,00

O valor total de R\$ 2.000.000,00 é a dotação autorizada na LOA para consecução das três atividades indicadas do Programa 0026, que permaneceu no mesmo patamar do valor aprovado para 2018. É importante destacar que esses valores são todos da fonte 0241 - recursos financeiros exclusivamente próprios da entidade, ou seja, fruto de esforços próprios da Companhia da Editora de Pernambuco.

Para o exercício de 2020, os valores previstos na LOA para as ações de responsabilidade da Cepe, da mesma forma que em 2019, são todos da fonte 0241. Seguem abaixo:

ATIVIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	R\$ 400.000,00
3397 - Produção de serviço gráfico	R\$ 200.000,00
3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	R\$ 400.000,00

Percebe-se que para o exercício de 2020 os valores aprovados foram inferiores aos últimos anos, representando uma redução total de 50%, onde a ação com maior decréscimo no valor foi a 2074 (digitalização, gestão e guarda de documentos).

Com relação à estratégia da Companhia, no seu Plano Estratégico, constam 13 objetivos estratégicos a serem alcançados; cada um desses é vinculado a uma das perspectivas do Mapa da Estratégia da Cepe. São eles:

1. Contribuir com a transparência da gestão pública e o controle social;
2. Melhorar o atendimento ao cliente;
3. Garantir a sustentabilidade da Cepe;
4. Ampliar e fortalecer a gestão documental;
5. Ampliar a produção, garantindo a qualidade dos serviços gráficos;
6. Fortalecer a Editora e consolidar-se no mercado digital;
7. Otimizar as ações do marketing e fortalecer a imagem institucional da Cepe;
8. Garantir a política de TIC como foco estratégico;
9. Intensificar ações comerciais para ampliar e fidelizar clientela;
10. Promover a capacitação e o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores (Capacita Cepe);
11. Ampliar a integração e a comunicação interna (Integra Cepe);
12. Implementar a cultura de planejamento e gestão para resultados (Planeja Cepe).

Todos os objetivos definidos, de certa forma, relacionam-se às políticas públicas para as quais a Cepe contribui – especialmente, o primeiro e o quarto objetivos.

5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO E FINANCEIRO DECORRENTES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação da Companhia Editora de Pernambuco viabiliza a consecução das ações das políticas públicas do Governo Estadual relacionadas à promoção da transparência, principalmente, por meio da publicação do Diário Oficial do Estado (que é a mais relevante fonte de receita). Conforme dados 2019, essa ação representou 65,08% da receita total da Companhia no exercício.

No exercício em análise, várias ações foram realizadas em prol de realizar a missão da Companhia e levar serviços com cada vez mais qualidade para a população pernambucana. Desse modo, seguem abaixo os valores realizados para cada atividade prevista na LOA, cujo desempenho se manteve igual ao estimado:

ATIVIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA REALIZADA
2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	R\$ 1.000.000,00	1.000.000,00
3397 - Produção de serviço gráfico	R\$ 500.000,00	500.000,00
3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	R\$ 500.000,00	500.000,00

A cada novo exercício, a CEPE tem ampliado os esforços no sentido de aprimorar o monitoramento dos seus resultados. Desde 2017, estruturou seu planejamento estratégico e, a partir de 2018, tem elaborado a Estratégia de Longo Prazo e o Plano de Negócios, incluindo a definição de indicadores estratégicos prioritários. O objetivo da gestão da Companhia é aperfeiçoar ainda mais o monitoramento, permitindo análises mensais e em ciclos, a fim de implementar ações para correção de possíveis desvios dos resultados frente às metas traçadas.

6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Assim como os últimos anos, o exercício em análise no presente documento foi bastante desafiador para a Companhia Editora de Pernambuco, como foi também para as demais empresas atuantes no segmento. A crise econômico-financeira nacional ainda gerou bastante impacto nas atividades da Companhia.

A Companhia vem amadurecendo a ideia de que é necessário para a sua perpetuação redirecionar o chamado “*core business*”, para os serviços que atendam demandas futuras, como de gestão, guarda e digitalização de documentos que cada vez mais amplia seu mercado no mundo com menos papel. Atualmente, o principal segmento de atuação da empresa é a edição e publicação do Diário Oficial. Pesquisa de uma empresa norte-americana, a AIM (*Association for Information and Image Management*), estima que o mercado de gestão eletrônica de documentos é de mais de R\$ 1,5 bilhão.

Atualmente, o Cepe DOC, que é chamado o serviço de digitalização, guarda e gestão documental, gera 30% da receita total da empresa, porém, diante do mercado tão ávido por estes serviços os ganhos alcançados podem ser muito maiores, tornando este produto o carro chefe da empresa. Alinhado com o novo foco, deve ter também a ampliação do perfil do target, com a inserção na carteira de clientes privados.

Outro produto com grande perspectiva de crescimento na receita, devido ao ambiente digital que se apresenta, é a certificação digital, que é um serviço que representa no resultado total 0,02%. O número expõe a falta de ênfase na exploração do produto, como também mostra uma oportunidade de ganhos significativos.

Sabemos que ainda há muito a ser feito na CEPE para obter resultados que direcionem a Companhia para sustentabilidade financeira futuramente. O importante é que nós já determinamos a rota que deveremos percorrer para efetivamente transformar a organização numa empresa pronta para o futuro.

7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE CONTROLES INTERNOS

Em 2019, ano de amadurecimento das iniciativas implementadas no ano anterior em reflexo à adequação à Lei Federal nº 13.303/2016, a Cepe consolidou alguns monitoramentos importantes e essenciais para a gestão corporativa.

Além da atualização dos documentos obrigatórios pela Lei das Estatais e cruciais para a transparência e prestação de contas da gestão, como o Relatório de Sustentabilidade e a Estratégia de Longo Prazo e o Plano de Negócios, a Companhia revisou e revalidou a sua Política de Transação com Partes Relacionadas, conforme indicado no inciso VII do art. 8º da Lei Federal nº 13.303.

Neste ano, a Cepe seguiu ainda com a capacitação dos colaboradores no que diz respeito ao Código de Conduta e Integridade da Companhia, entendendo a importância de todos estarem em conformidade com os princípios essenciais da organização. Do mesmo modo, a atuação da ouvidoria da Cepe seguiu constante e realizou tratativa de 299 manifestações recebidas, entre as quais 11 foram sugestões, 36 reclamações, 6 pedidos de acessos à informação, 5 denúncias e 1 elogio.

Em 2019, a estrutura de governança corporativa foi reforçada pelo Setorial de Controle Interno, onde foram nomeados um titular e um adjunto de controle interno na Cepe. Abaixo, seguem alguns dados sobre a estrutura vigente:

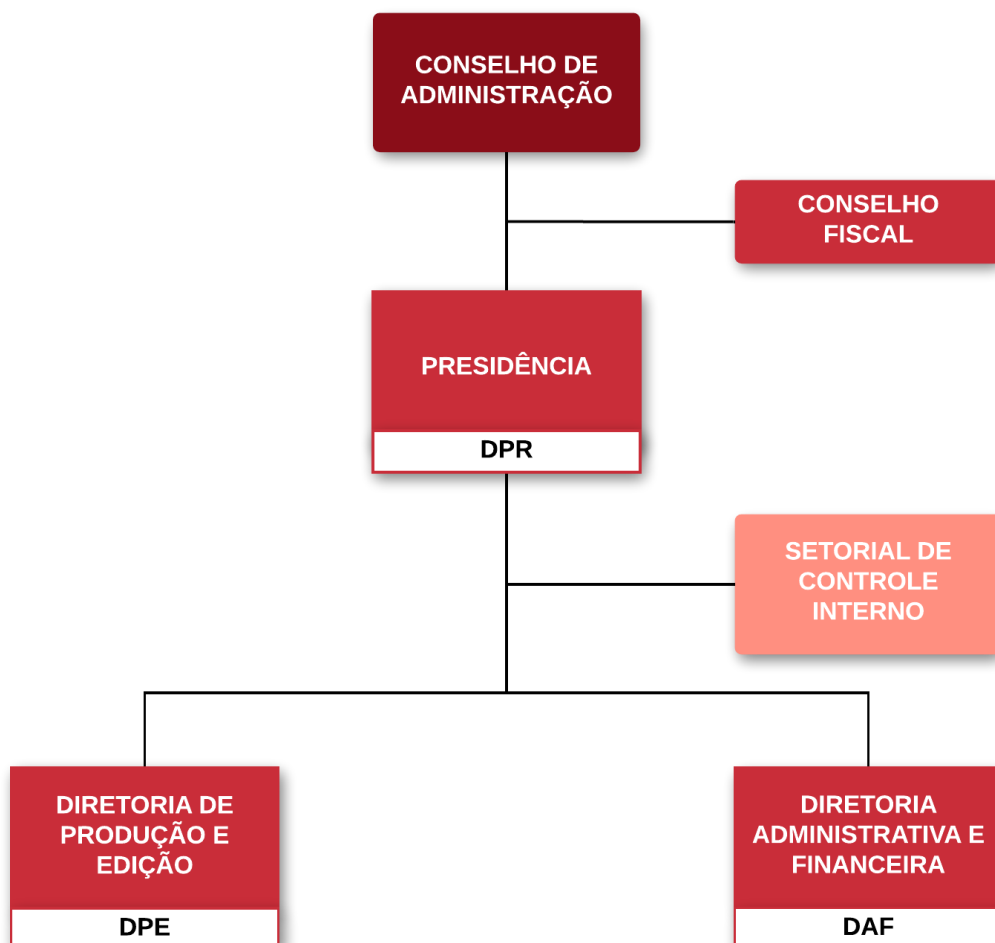
Contatos:

Ouvidoria:

- Telefones para contato: (81) 3183.2736 e 0800-0811201;
- E-mail: ouvidoria@cepe.com.br;
- Formulário eletrônico: link no [site da Cepe](#).

Página da LAI (Lei de Acesso à Informação):

- Pelo [site da Cepe](#);
- Pela [página da LAI](#).



8. FATORES DE RISCO

Com o advento da Lei Federal nº 13.303/2016, também conhecida como a Lei das Estatais, intensificou-se as discussões e os anseios sobre um tema relevante no contexto empresarial e que, no setor público, apesar de ainda ser algo recente, pode e tem trazido diversos benefícios: gerenciamento de riscos e controles internos.

De modo simples e prático, sob a ótica do mundo dos negócios, pode-se identificar “risco” como qualquer acontecimento que possa afetar o alcance dos objetivos estratégicos corporativos. Dessa forma, a partir do momento que se tem traçado na estratégia da organização os objetivos pretendidos para curto, médio e longo prazos, mostra-se ser importante realizar o mapeamento e o acompanhamento de potenciais riscos do negócio.

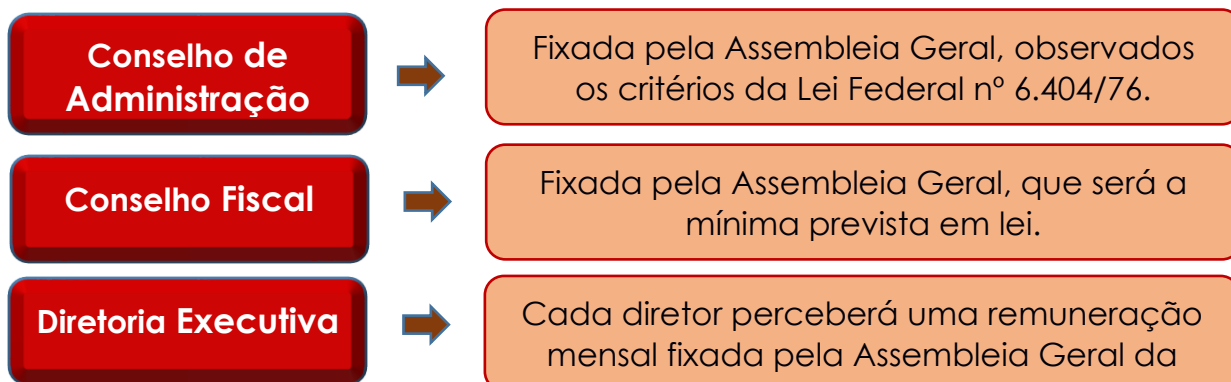
Nesse contexto, a Cepe vem amadurecendo gradativamente a cada exercício e implementando ações relativas ao assunto. Especificamente no exercício de 2019, além de reconhecer a importância disso, bem como para fins de atendimento do Decreto Estadual nº 47.087/2019, a Companhia nomeou o titular e o adjunto do controle interno da empresa. Os principais objetivos dessas figuras são de elaborar o Plano Anual de Controle Interno (PACI) e o Relatório Anual de Controle Interno (RACI), realizar o monitoramento das atividades elencadas no PACI, bem como os possíveis resultados obtidos, além de analisar oportunidades de ações que possam ser feitas, a fim de mitigar riscos corporativos.

É fato que tanto no âmbito da gestão de riscos quanto do de controle interno ainda há muito a avançar. No entanto, também reconhecemos a importância dessas ações implementadas em 2019 que devem gerar benefícios para a gestão da Companhia no curto e no médio prazos.

9. REMUNERAÇÃO

Os critérios para a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são definidos no Estatuto Social da Cepe, sendo desvinculados dos critérios de remuneração dos empregados, a fim de evitar possíveis conflitos de interesse.

No Estatuto Social vigente, constam os seguintes critérios:



Desse modo, as remunerações mensalmente pagas aos conselheiros foram fixadas em percentuais sobre a remuneração mensal dos diretores da Cepe, sendo 15,6% para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Em tabela adiante, são discriminados os valores vigentes para cada um dos cargos citados e o total pago durante o exercício de 2019:

CARGO	REMUNERAÇÃO	VALOR TOTAL PAGO - 2019
Diretor-presidente	R\$ 13.426,05	R\$ 161.112,60
Diretor	R\$ 12.659,63	R\$ 151.915,56
Conselheiro de Administração	R\$ 2.098,70	R\$ 25.184,4
Conselheiro Fiscal	R\$ 2.098,70	R\$ 25.184,4

10. CONCLUSÃO

O Conselho de Administração da Companhia Editora de Pernambuco aprova esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, atendendo aos objetivos de governança preconizados pela Lei Federal nº 13.303/2016 e o Decreto Estadual nº 43.984/2016.

Recife, 20 de março de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Francisco Cavalcanti Neto
Presidente

Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão
Conselheiro

Silvia Maria Cordeiro
Conselheiro

João Urbano Bezerra Suassuna
Conselheiro

Sileno Souza Guedes
Conselheiro